

Demonstrações Financeiras

2022

Banco Cargill S.A.
CNPJ nº 03.609.817/0001-50



Cargill[®]

Banco Cargill

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	2
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	6
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	7
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	9
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	26

Aos senhores clientes e à sociedade,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do **Banco Cargill S.A.** ("Banco Cargill"), referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022.

O tema central no mercado internacional em 2022 foi a inflação crescente em contexto de reabertura e de retirada das restrições impostas pelos governos durante a pandemia. Além disso, a invasão da Ucrânia pela Rússia e a desaceleração da China em função de novas ondas da pandemia aprofundaram a pressão inflacionária. Em resposta a esses eventos, Bancos Centrais das principais economias iniciaram a normalização das taxas de juros para patamares contracionistas, essa dinâmica contribuiu para a desaceleração global dos últimos trimestres de 2022.

No Brasil, a economia tem crescimento esperado de 2,8% na média do ano de 2022, melhor que o esperado inicialmente que era crescimento próximo de zero. O Brasil recebeu o impulso vindo da alta dos preços de commodities causada pela guerra Rússia-Ucrânia. O avanço da cobertura vacinal e superada a onda de Ômicron, a economia passou por uma maior reabertura que adicionou dinamismo. Adicionalmente, ao longo do ano, o governo implementou diversas medidas de estímulo, tanto via cortes de impostos (IPI, ICMS, PIS/COFINS), liberação de recursos (saque extraordinário do FGTS, pagamento antecipado do 13º do INSS), quanto via aumento de gastos (auxílio Brasil).

A inflação no Brasil, também trouxe surpresas expressivas em 2022, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA), indicador oficial de inflação do país, fechou em alta acumulada de 5,79%, acima do limite da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 5%.

A alta da taxa de juros, que começou no Brasil antes do resto do mundo, também parou mais cedo, a taxa básica de juros (Selic) fechou em 13,75% ao ano, patamar que se mantém desde agosto de 2022, encerrando um forte ciclo de altas de 11,75 pontos percentuais em pouco mais de 8 meses. O Banco Central interrompeu o ciclo de altas prometendo cautela na condução da política monetária, e sinalizando que seguirá avaliando se a estratégia atual de manter juros elevados por período suficientemente prolongado será adequada para garantir a convergência da inflação para as metas.

Após vitória apertada de Luiz Inácio Lula da Silva para cumprir seu terceiro mandato presidencial, o foco dos esforços de transição de governo se concentrou na aprovação de uma licença para gastos públicos acima do teto em 2023, elevando significativamente o déficit esperado. Com dívida já relativamente alta para país emergente, com um custo alto de juros, os mercados brasileiros encerraram 2022 pressionados pela incerteza fiscal, e pela pouca sinalização sobre próximos passos de política econômica.

Nos Estados Unidos, a taxa de juros básica aumentou mais de 400 pontos básicos (pb). A inflação permaneceu acima da meta de 2% e os indicadores comprovam contínua desaceleração da economia, com possível recessão no 1º semestre de 2023.

Na Europa, a alta da inflação para próximo a 10% forçou o Banco Central Europeu (ECB) a: aumentar os juros de -0.5% no início do ano para 2% na reunião de dezembro, e a anunciar a redução do seu balanço de ativos.

Na China, o destaque foi a manutenção de uma política altamente restritiva de combate ao coronavírus em 2022 em contexto de desaceleração econômica, reforçada pelas políticas de redução da alavancagem do setor imobiliário e de diminuição da inflação, que permitiu a implementação de políticas monetárias estimulativas.

O cenário global em 2023 assume menor crescimento global; inflação declinante, mas ainda elevada; e continuação da alta dos juros básicos no início do ano, com sua estabilidade pelo menos até as últimas reuniões do ano.

Desempenho

O Banco Cargill encerrou o exercício de 2022 com R\$ 4.007.061 mil em ativos (R\$ 4.630.692 mil em dezembro de 2021), decréscimo de 13% em relação ao apresentado no exercício de 2021 e a carteira de crédito apresentou acréscimo de 13% atingindo R\$ 3.263.166 mil (R\$ 2.885.101 mil em dezembro de 2021). Além disso, encerrou o exercício com lucro de R\$ 68.351 mil (R\$ 82.884 mil em 2021).

Governança Corporativa

O Banco Cargill presta serviços e fornece empréstimos a clientes agrícolas, industriais e cooperativas, por meio de um processo de aprovação de crédito ágil, conquistado pelo conhecimento do agronegócio e por seus processos de análises robustos e eficientes.

A administração do Banco Cargill adota as melhores práticas de mercado, especialmente quando se trata de governança e transparência. O Banco Cargill mantém a sua base de crescimento sustentável - estabelecida no conjunto de normas e procedimentos - fortalecida a fim de assegurar o cumprimento das determinações legais e regulamentares. Além disso, segue as diretrizes, políticas e o Código de Conduta da Cargill, um manual baseado em sete princípios éticos que regem a condução dos negócios da empresa em todo o mundo.

Sustentabilidade

O futuro do nosso negócio depende da capacidade de transformação em toda a cadeia produtiva. Assumir um lugar de liderança em alimentação segura, responsável e sustentável passa necessariamente pelo modo como gerenciamos a cadeia de valor e pelos nossos compromissos com o meio ambiente e as comunidades em que atuamos. Entendemos que para atingir o nosso objetivo de ajudar o mundo a prosperar dependemos do engajamento com produtores rurais, comunidades, clientes, ONGs, governos, instituições nacionais e internacionais. Para isso, a Cargill investe em um relacionamento contínuo com esses públicos a fim de contribuir para a contínua evolução da empresa, do setor e do Brasil.

Considerações finais

O Banco Cargill não se enquadra no escopo da Resolução CMN nº 4.776/20 válido até 31 de dezembro de 2021 e posteriormente pela Resolução CMN nº 4.818/20 válida a partir de 01 de janeiro de 2022, que dispõe sobre a elaboração e divulgação de demonstrações contábeis consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board – IASB. Entretanto, acompanharemos os normativos divulgados pelo Banco Central do Brasil, que visam à redução de assimetrias entre os padrões contábeis brasileiros e internacionais.

Gostaríamos de agradecer aos nossos clientes e acionistas pela confiança e credibilidade, assim como aos nossos funcionários, fornecedores e parceiros que tornaram possível tal desempenho.

São Paulo, 28 de março de 2023.

A Administração

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante		3.298.963	4.488.022
Disponibilidades	4	53.463	153.708
Instrumentos financeiros		3.208.173	4.369.588
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5a	524.353	576.199
Títulos e valores mobiliários	5b	62.770	130.219
Instrumentos financeiros derivativos	5c	–	993
Operações de crédito - setor privado	6a	1.393.462	1.121.960
Carteira de câmbio	7	1.227.588	2.540.217
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6f	(17.085)	(102.183)
Outros créditos, valores e bens		8.764	63
Negociação e intermediação de valores	5c	137	–
Diversos	8	8.627	63
Ativos fiscais diferidos	13c	45.648	66.846
Não circulante		708.098	142.670
Realizável a longo prazo		707.984	142.556
Instrumentos financeiros		680.550	114.291
Títulos e valores mobiliários	5b	84.001	–
Operações de crédito - setor privado	6a	96.111	57.082
Carteira de câmbio	7	500.438	57.209
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6f	(6.351)	(4.013)
Outros créditos, valores e bens		24.426	24.352
Diversos	8	24.426	24.352
Ativos fiscais diferidos	13c	9.359	7.926
Investimentos		1	1
Intangível		113	113
Total do ativo		4.007.061	4.630.692

Em milhares de reais - R\$

Passivo	Nota	2022	2021
Circulante		2.401.060	3.382.230
Depósitos e demais instrumentos financeiros		2.396.870	3.255.772
Depósitos	9	1.165	1.691
Recursos de aceites e emissão de títulos	10	–	11.852
Empréstimos no exterior	11	1.629.271	1.976.866
Repasses do exterior	12	766.434	415.184
Instrumentos financeiros derivativos	5c	–	13.104
Carteira de câmbio	7	–	837.075
Provisões	14a	872	754
Outras obrigações		3.318	125.704
Recursos em trânsito de terceiros	20a	2.423	105.895
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		6	3
Obrigações fiscais correntes	14b	884	17.876
Negociação e intermediação de valores	5c	–	1.220
Obrigações fiscais diferidas	13b	5	710
Não circulante		842.348	544.367
Depósitos e demais instrumentos financeiros		817.323	519.991
Empréstimos no exterior	11	506.988	57.209
Repasses do exterior	12	310.335	462.782
Provisões	14a	24.819	24.376
Outras obrigações		206	–
Obrigações fiscais diferidas	13b	206	–
Patrimônio líquido		763.653	704.095
Capital social	16a	763.394	704.291
De domiciliados no país		486.949	454.197
Reservas de lucros		276.445	250.094
Outros resultados abrangentes		259	(196)
Total do passivo		4.007.061	4.630.692

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota	2º semestre 2022	2022	2021
Receitas da intermediação financeira		141.800	299.688	439.288
Operações de crédito	18a	52.008	81.549	281.859
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	18b	42.083	78.919	27.840
Resultado de operações de câmbio	18f	47.709	139.220	129.589
Despesas da intermediação financeira		(108.589)	(344.824)	(383.460)
Operações de captação no mercado	18d	(1)	(233)	(547)
Operações de empréstimos e repasses	18e	(90.226)	(153.572)	(370.439)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	18c	(18.362)	(191.019)	(12.474)
Resultado bruto da intermediação financeira		33.211	(45.136)	55.828
Resultado de provisão para perdas associadas ao risco de crédito	6f	(10.396)	(2.277)	(10.394)
Outras receitas/(despesas) operacionais		12.362	137.138	57.599
Receitas de prestação de serviços		818	818	1
Despesas de pessoal	18g	(3.637)	(4.909)	(4.666)
Outras despesas administrativas	18h	(4.299)	(8.075)	(8.134)
Despesas tributárias	18i	(2.749)	(11.222)	(6.477)
Outras receitas operacionais	18j	27.708	232.151	92.121
Outras despesas operacionais	18k	(5.479)	(71.625)	(15.246)
Resultado operacional		35.177	89.725	103.033
Resultado não operacional		-	6	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro		35.177	89.731	103.033
Imposto de renda e contribuição social	13a	3.150	(21.380)	(20.149)
Provisão para imposto de renda		377	(1.396)	(12.060)
Provisão para contribuição social		343	(1.091)	(10.488)
Ativo fiscal diferido		2.430	(18.893)	2.399
Lucro líquido no semestre/exercícios		38.327	68.351	82.884
Quantidade de ações do capital social		486.949.354	486.949.354	454.197.354
Lucro líquido por ação no semestre/exercícios - R\$1,00		0,08	0,14	0,18

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Referentes ao Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2022
e Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais - R\$

	Nota	2º semestre 2022	2022	2021
Lucro líquido no semestre/exercícios		38.327	68.351	82.884
Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado		388	455	(248)
Ajustes de valor a mercado de títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda	5a	705	827	(450)
Efeito fiscal	5a	(317)	(372)	202
Resultado abrangente do semestre/exercícios		38.715	68.806	82.636

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Capital realizado	Aumento de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
			Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	408.475	51	25.651	201.559	52	-	635.788
Aumento de capital	-	45.671	-	-	-	-	45.671
Resultados abrangentes - TVM disponíveis para venda líquido de impostos (nota 5a)	-	-	-	-	(248)	-	(248)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	82.884	82.884
Destinações:							
Reservas	-	-	4.144	78.740	-	(82.884)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,18 por ação)	-	-	-	(60.000)	-	-	(60.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	408.475	45.722	29.795	220.299	(196)	-	704.095
Saldos em 30 de junho de 2022	454.197	-	31.296	248.822	(129)	-	734.186
Aumento de capital	-	32.752	-	-	-	-	32.752
Resultados abrangentes - TVM disponíveis para venda líquido de impostos (nota 5a)	-	-	-	-	388	-	388
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	38.327	38.327
Destinações:							
Reservas	-	-	1.917	36.410	-	(38.327)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,08 por ação)	-	-	-	(42.000)	-	-	(42.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	454.197	32.752	33.213	243.232	259	-	763.653
Saldos em 31 de dezembro de 2021	408.475	45.722	29.795	220.299	(196)	-	704.095
Aumento de capital	-	32.752	-	-	-	-	32.752
Homologação do aumento de capital	45.722	(45.722)	-	-	-	-	-
Resultados abrangentes - TVM disponíveis para venda líquido de impostos (nota 5a)	-	-	-	-	455	-	455
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	68.351	68.351
Destinações:							
Reservas	-	-	3.418	64.933	-	(68.351)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,14 por ação)	-	-	-	(42.000)	-	-	(42.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	454.197	32.752	33.213	243.232	259	-	763.653

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Referentes ao Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2022
e Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais - R\$

	2º semestre 2022	2022	2021
Atividades operacionais	(5.064)	(142.843)	192.195
Lucro líquido ajustado	46.001	92.451	113.765
Lucro no semestre/exercícios antes do imposto de renda e contribuição social	35.177	89.731	103.033
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	10.396	2.277	10.394
Provisão para contingências	428	443	338
Variação de ativos e obrigações	(51.065)	(235.294)	78.430
(Aumento)/Redução de títulos e valores mobiliários e derivativos	9.959	(14.732)	10.800
(Aumento)/Redução de operações de crédito	(713.569)	(395.568)	377.524
(Aumento)/Redução de outros créditos	2.027.644	860.683	(960.684)
(Aumento)/Redução de outros valores e bens	(86)	(57)	49
(Redução) de depósitos	(548)	(526)	(2.458)
Aumento/(Redução) de recursos de aceites e emissão de títulos	-	(11.852)	5.489
Aumento/(Redução) de recursos em trânsito de terceiros	(30.540)	(103.472)	86.247
Aumento/(Redução) de obrigações por empréstimos	(771.921)	102.184	1.101.139
Aumento/(Redução) de obrigações por repasses	499.501	198.803	(163.099)
(Redução) de instrumentos financeiros derivativos	(25.476)	(13.104)	(138.224)
(Redução) de outras obrigações	(1.044.787)	(846.592)	(205.215)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.242)	(11.061)	(33.138)
Atividades de financiamento	(9.248)	(9.248)	(14.329)
Aumento de capital	32.752	32.752	45.671
Juros sobre o capital próprio	(42.000)	(42.000)	(60.000)
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(14.312)	(152.091)	177.866
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	592.128	729.907	552.041
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios	577.816	577.816	729.907
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(14.312)	(152.091)	177.866

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Cargill S.A. ("Banco"), instituição financeira sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, na Avenida Drº Chucri Zaidan, 1.240, 6º Andar, no estado de São Paulo, foi constituído em 17 de agosto de 1999 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 10 de fevereiro de 2000, nos termos da regulamentação bancária brasileira.

O Banco está autorizado a operar nas carteiras comercial, de investimento, de câmbio. Atuando no segmento financeiro, atendendo pessoas físicas e jurídicas, oferecendo produtos e serviços bancários como empréstimos, financiamentos, soluções contra variação cambial (*hedge*) e operações de câmbio. O acionista em última instância do Banco é a Cargill Inc., com sede em Minnesota, Estados Unidos da América.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e com observância das disposições emanadas da Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações decorrentes da Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e Banco Central do Brasil - BACEN, através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicáveis.

As demonstrações financeiras do Banco foram aprovadas pela Administração na data de 28 de março de 2023.

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência. Os juros contratuais incidentes sobre as operações de aplicação e captação de recursos são apropriados aos resultados em base *pro rata* dia pelos métodos exponencial ou linear, dependendo das condições da contratação. As variações monetárias incidentes sobre as operações indexadas são registradas com base nos índices ou nas cotações a que se vinculam contratualmente.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, bem como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e que possuem vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

As aplicações financeiras de curto prazo são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos *pro rata* dia até a data do balanço.

(c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão avaliados de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.068/01, e são classificados na categoria de títulos disponíveis para venda, os quais não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários.

O valor de mercado dos títulos de renda fixa e títulos de renda variável são apurados de acordo com a cotação de preço de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços, utilizando-se das cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA e pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, respectivamente. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços e modelos de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

(d) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco ou não.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições aos riscos ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

- *Hedge* de risco de mercado - Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações e os ajustes ao valor de mercado reconhecidos no resultado do período.
- *Hedge* de fluxo de caixa - Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações do efeito da marcação a mercado, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidas em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial". Os ganhos ou perdas decorrentes da valorização ou desvalorização são reconhecidos no resultado do período. A parcela não efetiva do *hedge* é reconhecida diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações e os ajustes ao valor de mercado, reconhecidos no resultado do período.

As posições desses instrumentos financeiros têm seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os valores de mercado a receber e a pagar são registrados em contas patrimoniais.

A avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é feita descontando-se os valores futuros a valor presente pelas curvas de taxas de juros construídas por metodologia própria, a qual se baseia principalmente em dados divulgados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços e modelos de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

Em milhares de reais - R\$

(e) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com seu nível de risco e seguindo critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, os quais requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis (de AA a H).

As rendas de operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas anteriormente.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito é considerada adequada pela Administração para cobrir as perdas prováveis e atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução anteriormente referida.

(f) Outros ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

(g) Investimentos e intangível

É demonstrado ao valor de custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

(h) Redução ao valor recuperável de ativos

Conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.566/08 válido até 31 de dezembro de 2021 e posteriormente pela Resolução CMN nº 4.924/21 válida a partir de 01 de janeiro de 2022, que aprovaram a adoção do CPC 01 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os ativos não financeiros são revistos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável, que é reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

(i) Passivos circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

(j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que tornou obrigatória a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- Ativos contingentes - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados em notas explicativas.
- Passivos contingentes - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com probabilidade provável de saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando classificados com probabilidade de perda possível pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas com probabilidade de perda remota não requerem provisão nem divulgação.
- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - São decorrentes de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

(k) Imposto de renda, contribuição social, ativos e passivos fiscais diferidos

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda - 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$ 20 mensais, e contribuição social - 20% a partir de março 2020, 25% de junho a dezembro de 2021, 20% de janeiro de 2022 a julho 2022 e 21% de agosto de 2022 até dezembro de 2022, novamente 20% a partir de janeiro de 2023. Os ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e registrados conforme legislação vigente. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico aprovado pela Administração do Banco.

(l) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, a avaliação das contingências e obrigações, a apuração das respectivas provisões, a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos e a avaliação do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativas.

As principais premissas usadas nas estimativas contábeis estão descritas nas notas 3c, 3d, 3e, 3h e 3j.

(m) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco são apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação.

(n) Resultado não recorrente

São classificados como "Resultado não recorrente" aqueles que são:

- Oriundos de operações/transações realizadas pelo Banco que não estão diretamente relacionadas às suas atividades típicas;
- Relacionados, indiretamente, às atividades típicas do Banco; e
- Provenientes das operações/transações que não há previsão de ocorrer com frequência em exercícios futuros.

A composição do resultado não recorrente está apresentada na Nota 18 I.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dez/2022	Dez/2021
Disponibilidades	53.463	153.708
Aplicações no mercado aberto - posição bancada		
Letras do Tesouro Nacional - LTN (nota 5a)	524.353	576.199
	<u>577.816</u>	<u>729.907</u>

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(a) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Dez/2022	Dez/2021
Aplicações no mercado aberto - posição bancada		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	524.353	576.199

(b) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

O Banco adota como estratégia de atuação adquirir títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. Dessa forma, a carteira de títulos e valores mobiliários, em 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021, foi classificada na categoria "disponível para venda" e estava apresentada como segue:

Papel/vencimento	Dez/2022				
	Valor de mercado			Valor de curva	Ajuste a mercado
	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total		
Carteira Própria					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	8.725	59.282	68.007	67.682	325
Vinculados à Prestação de Garantias					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	54.045	24.719	78.764	78.619	145
	<u>62.770</u>	<u>84.001</u>	<u>146.771</u>	<u>146.301</u>	<u>470</u>

Papel/vencimento	Dez/2021				
	Valor de mercado			Valor de curva	Ajuste a mercado
	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total		
Carteira Própria					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	11.816	63.012	74.828	74.964	(136)
Vinculados à Prestação de Garantias					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	44.008	11.383	55.391	55.612	(221)
	<u>55.824</u>	<u>74.395</u>	<u>130.219</u>	<u>130.576</u>	<u>(357)</u>

O ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda foi um ganho de R\$ 470 (perda de R\$ 357 em dezembro de 2021), e é registrado em conta destacada do patrimônio líquido no montante de R\$ 259 de ganho (perda de R\$ 196 em dezembro de 2021), líquidos dos efeitos tributários.

(c) Instrumentos financeiros derivativos

(i) Política de utilização

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, com o propósito de atender às suas necessidades de gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores e prazos de suas carteiras, assim como posições de arbitragem.

A efetividade dos instrumentos de *hedge* é assegurada pelo equilíbrio das flutuações de preços dos contratos de instrumentos financeiros derivativos e dos valores de mercado dos itens objeto de *hedge*.

(ii) Objetivos

O Banco opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção contra risco de mercado e arbitragem, que decorrem principalmente das flutuações das taxas de juros e cambial. O gerenciamento das operações com esses instrumentos financeiros derivativos é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de moeda e de taxas subdivididas nos diversos indexadores (pré, dólar, cupom cambial, real e CDI).

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, necessariamente, os de alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os quais são avaliados pelo valor de mercado, por meio dos ajustes diários.

Em milhares de reais - R\$

(iii) Estratégias e parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado

Como principais fatores de riscos de mercado a que o Banco está exposto destacam-se os de natureza cambial, de oscilação de taxa de juros local e de cupom cambial. O Banco vem atuando de forma conservadora, de maneira que haja o menor descasamento de prazo e volume financeiro possível.

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado por meio de relatórios diários contendo posição de VaR, limites operacionais, posições em títulos públicos, exposição ao risco cambial, operações de crédito e posições de derivativos. Com base nessas informações, a mesa de operações financeiras providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política previamente definida pela Administração.

(iv) Portfólio de derivativos

• **Instrumentos financeiros derivativos por vencimento**

	Dez/2021	
	Valor de Mercado	
	De 91 a 180 dias	
Posição ativa		
Contratos a termo		952
Outros derivativos		41
		<u>993</u>
Posição passiva		
Contratos a termo		11.760
Outros derivativos		1.344
		<u>13.104</u>

O Banco não mantinha nenhuma posição de contrato a termo de moedas e outros derivativos (EDF) em 31 de dezembro de 2022.

• **Contratos de operações a termo**

Tipo	Dez/2021				
	Valor financeiro do contrato	Valor de mercado			Valor de Curva
		Valores a receber	Valores a pagar	Posição líquida	
Compra - Dólar	847.109	952	11.178	(10.226)	(4.535)
Venda - Dólar	16.774	-	582	(582)	(252)
	<u>863.883</u>	<u>952</u>	<u>11.760</u>	<u>(10.808)</u>	<u>(4.787)</u>

Contraparte	Dez/2021				
	Valor financeiro do contrato	Valor de mercado			Valor de Curva
		Valores a receber	Valores a pagar	Posição líquida	
Instituições Financeiras	847.109	952	11.178	(10.226)	(4.535)
Pessoas Jurídicas	16.774	-	582	(582)	(252)
	<u>863.883</u>	<u>952</u>	<u>11.760</u>	<u>(10.808)</u>	<u>(4.787)</u>

O Banco não mantinha nenhuma posição de contrato a termo de moedas em 31 de dezembro de 2022.

Os contratos de operações a termo são negociados em Balcão e registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

• **Contratos futuros**

Tipo	Dez/2022				
	Valor de Referência				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Moeda estrangeira:					
Compra DOL	21.296	-	-	-	21.296
Mercado interfinanceiro:					
Compra DI1	100	-	-	-	100
Venda DI1	-	9.674	99.270	83.982	192.926
	<u>21.396</u>	<u>9.674</u>	<u>99.270</u>	<u>83.982</u>	<u>214.322</u>

Tipo	Dez/2021			
	Valor de Referência			
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total
Moeda estrangeira:				
Compra DOL	58.978	-	-	58.978
Mercado interfinanceiro:				
Venda DI1	17.988	94.619	115.203	227.810
	<u>76.966</u>	<u>94.619</u>	<u>115.203</u>	<u>286.788</u>

Os contratos de futuros são negociados em Bolsa e registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. O valor do ajuste a receber em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 137 (ajuste a pagar de R\$ 1.220 em dezembro de 2021), registrado na rubrica Negociação e Intermediação de Valores.

• **Outros derivativos**

Tipo	Dez/2021				Valor de Curva
	Valor financeiro do contrato	Valor de mercado			
		Valores a receber	Valores a pagar	Posição líquida	
Venda - Dólar	829.440	41	1.344	(1.303)	12.920

As contrapartes envolvidas são instituições financeiras.

O Banco não mantinha nenhuma posição em outros derivativos (EDF) em 31 de dezembro de 2022.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

(a) **Por tipo de operação**

Descrição	Dez/2022		Dez/2021	
	Valor	%	Valor	%
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 7)	1.773.593	54,35	1.706.059	59,13
Financiamentos à exportação	1.081.361	33,14	892.398	30,93
Financiamentos à exportação indireta	408.212	12,51	286.644	9,94
	<u>3.263.166</u>	<u>100,00</u>	<u>2.885.101</u>	<u>100,00</u>
Operações de crédito - Circulante	1.393.462	42,70	1.121.960	38,89
Carteira de câmbio - Circulante	1.282.185	39,29	1.654.055	57,33
Operações de crédito - Longo prazo	96.111	2,95	57.082	1,98
Carteira de câmbio - Longo prazo	491.408	15,06	52.004	1,80

(b) **Por vencimento**

Descrição	Dez/2022		Dez/2021	
	Valor	%	Valor	%
Vencidas a partir de 15 dias	4.437	0,14	35.578	1,23
A vencer até 3 meses	997.343	30,56	307.703	10,67
A vencer de 3 a 12 meses	1.673.867	51,30	2.432.734	84,32
A vencer de 1 a 3 anos	466.294	14,29	107.613	3,73
A vencer de 3 a 5 anos	121.225	3,71	1.473	0,05
	<u>3.263.166</u>	<u>100,00</u>	<u>2.885.101</u>	<u>100,00</u>

(c) **Por setor de atividade**

Descrição	Dez/2022		Dez/2021	
	Valor	%	Valor	%
Outros serviços	1.988.578	60,94	1.039.714	36,04
Pessoas físicas	1.247.292	38,22	1.331.591	46,15
Comércio	27.296	0,84	513.796	17,81
	<u>3.263.166</u>	<u>100,00</u>	<u>2.885.101</u>	<u>100,00</u>

Em milhares de reais - R\$

(d) Operações ativas vinculadas

O Banco opera com operações ativas vinculadas, nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02. Estas operações geram ao Banco um ganho de até 0,25% sobre o valor liberado em cada operação ativa vinculada. Em 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021 a carteira de operações vinculadas era composta dos seguintes valores:

Descrição	Dez/2022			
	Ativos vinculados	Recursos vinculados	Receita	Despesa
Operações de crédito - Adiantamento sobre contratos de câmbio	1.773.593	-	91.417	-
Operações de crédito - Empréstimos	892.256	-	23.058	-
Operações de crédito - Financiamentos à exportação indireta	408.212	-	-	(2.132)
Empréstimos no exterior - Exportação	-	1.728.047	-	(86.461)
Empréstimos no exterior - à exportação indireta	-	408.212	786	-
Repasses do exterior	-	892.161	-	(20.990)
	<u>3.074.061</u>	<u>3.028.420</u>	<u>115.261</u>	<u>(109.583)</u>

Descrição	Dez/2021			
	Ativos vinculados	Recursos vinculados	Receita	Despesa
Operações de crédito - Adiantamento sobre contratos de câmbio	1.706.059	-	56.099	-
Operações de crédito - Empréstimos	430.810	-	33.771	-
Operações de crédito - Financiamentos à exportação indireta	286.644	-	66.823	-
Empréstimos no exterior - Exportação	-	1.747.431	-	(51.622)
Repasses do exterior	-	717.454	-	(98.892)
	<u>2.423.513</u>	<u>2.464.885</u>	<u>156.693</u>	<u>(150.514)</u>

(e) Por nível de risco e provisionamento

Nível	Dez/2022				
	Parcelas a vencer	Parcelas vencidas	Total	%	Valor da Provisão
AA	1.917.124	-	1.917.124	58,75	-
A	1.082.879	-	1.082.879	33,18	5.414
B	153.891	-	153.891	4,72	1.539
C	92.547	-	92.547	2,84	2.776
E	4.312	-	4.312	0,13	1.294
H	7.976	4.437	12.413	0,38	12.413
	<u>3.258.729</u>	<u>4.437</u>	<u>3.263.166</u>	<u>100,00</u>	<u>23.436</u>

Nível	Dez/2021				
	Parcelas a vencer	Parcelas vencidas	Total	%	Valor da Provisão
AA	1.465.258	-	1.465.258	50,79	-
A	990.465	-	990.465	34,33	4.952
B	163.221	-	163.221	5,66	1.632
C	111.747	-	111.747	3,87	3.352
D	58.267	-	58.267	2,02	5.827
E	5.953	-	5.953	0,21	1.786
G	5.145	-	5.145	0,18	3.602
H	49.467	35.578	85.045	2,94	85.045
	<u>2.849.523</u>	<u>35.578</u>	<u>2.885.101</u>	<u>100,00</u>	<u>106.196</u>

(f) **Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito**

Descrição	Dez/2022	Dez/2021
Saldo inicial	106.196	137.661
Constituição	19.544	42.838
Reversão	(17.267)	(32.444)
Baixa para prejuízo	(85.037)	(41.859)
Saldo final	23.436	106.196
Operações de crédito - Circulante	15.974	102.183
Operações de crédito - Longo prazo	6.351	4.013
Outros créditos - Circulante	1.111	-

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram recuperados R\$ 1.572 de créditos baixados para prejuízo (R\$ 53.650 em dezembro de 2021), e não houve renegociação de créditos em dezembro de 2022 (R\$ 5.870 em dezembro de 2021).

7. CARTEIRA DE CÂMBIO

Descrição	Dez/2022	
	Ativos	Passivos
Câmbio comprado a liquidar	1.681.617	-
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	46.409	-
Obrigações por compra de câmbio	-	1.727.184
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	(1.727.184)
	1.728.026	-
Circulante	1.227.588	-
Longo prazo	500.438	-

Descrição	Dez/2021	
	Ativos	Passivos
Câmbio comprado a liquidar	1.724.375	-
Direito sobre venda de câmbio	849.995	-
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	23.056	-
Câmbio vendido a liquidar	-	837.075
Obrigações por compra de câmbio	-	1.683.003
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	(1.683.003)
	2.597.426	837.075
Circulante	2.540.217	837.075
Longo prazo	57.209	-

Em 2021, o Banco operou com contratos interbancários para liquidação futura. Estas operações foram tratadas como derivativos (venda a termo), mensuradas por seu valor de mercado e estão assim registradas:

Descrição	Dez/2021
Direito sobre venda de câmbio - Interbancário Futuro	840.078
Direito sobre venda de câmbio - Prêmio	9.917
Câmbio vendido a liquidar - Interbancário Futuro	(837.075)
Carteira de Câmbio	12.920
Outros Derivativos - Ajuste a mercado positivo	11.617
Interbancário Futuro - Valor a Mercado	(1.303)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as receitas apropriadas do prêmio foram de R\$ 81.289 (R\$ 23.751 em dezembro de 2021) e não houve ajuste a valor de mercado em dezembro de 2022 (R\$ 11.617 positivo em dezembro de 2021), registrados nas rubricas Resultado de operações de câmbio e Resultado com instrumentos financeiros derivativos, respectivamente.

8. OUTROS CRÉDITOS, VALORES E BENS

Descrição	Dez/2022	Dez/2021
Devedores por depósitos em garantia (nota 15a)	24.248	24.248
Impostos e contribuições a compensar	8.573	-
Créditos Vinculados - Banco Central	57	55
Adiantamento e antecipações salariais	16	9
Outros	159	103
	33.053	24.415
Circulante	8.627	63
Longo prazo	24.426	24.352

Em milhares de reais - R\$

9. DEPÓSITOS

Segmento de mercado	Dez/2022	Dez/2021
	Depósitos à vista	Depósitos à vista
Pessoas físicas	990	1.528
Indústria, comércio e serviços	173	161
Sociedades ligadas	2	2
	<u>1.165</u>	<u>1.691</u>

10. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Título Emitido	Dez/2021
	Até 90 dias
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	<u>11.852</u>

O Banco não mantinha nenhuma captação via Letras de Crédito Imobiliário em 31 de dezembro de 2022.

Letras de Crédito Imobiliário referem-se à captação com taxa de juros pós-fixada de 97% a.a. a 99,5% a.a. da variação do DI em dezembro de 2021.

11. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Obrigações em moeda estrangeira	Dez/2022				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Empréstimos no exterior - Exportação	822.208	16.288	382.563	506.988	1.728.047
Empréstimos do exterior - Resolução CMN nº 2.921/02	-	340.628	67.584	-	408.212
	<u>822.208</u>	<u>356.916</u>	<u>450.147</u>	<u>506.988</u>	<u>2.136.259</u>

Obrigações em moeda estrangeira	Dez/2021				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Empréstimos no exterior - Exportação	201.135	228.368	1.260.719	57.209	1.747.431
Empréstimos do exterior - Resolução CMN nº 2.921/02	30.103	216.902	39.639	-	286.644
	<u>231.238</u>	<u>445.270</u>	<u>1.300.358</u>	<u>57.209</u>	<u>2.034.075</u>

Obrigações por empréstimos no exterior referem-se a captações com variação cambial do dólar e taxas de juros de 3% a.a. a 9,25% a.a. (2,92% a.a. a 8,75% a.a. em dezembro de 2021).

12. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR

Obrigações em moeda estrangeira	Dez/2022				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Repases do exterior - Resolução CMN nº 3.844/10	-	1.989	-	182.619	184.608
Repases do exterior - Resolução CMN nº 2.921/02	96.903	467.891	199.651	127.716	892.161
	<u>96.903</u>	<u>469.880</u>	<u>199.651</u>	<u>310.335</u>	<u>1.076.769</u>

Obrigações em moeda estrangeira	Dez/2021				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Repases do exterior - Resolução CMN nº 3.844/10	-	-	716	446.440	447.156
Repases do exterior - Resolução CMN nº 2.921/02	26.000	278.394	110.074	16.342	430.810
	<u>26.000</u>	<u>278.394</u>	<u>110.790</u>	<u>462.782</u>	<u>877.966</u>

Obrigações por repases do exterior referem-se a captações com variação cambial do dólar e taxas de juros de 5,56% a.a. na forma da Resolução CMN nº 3.844/10 (0,82% a.a. em dezembro de 2021), e de 6,75% a.a. a 12% a.a. na forma da Resolução CMN nº 2.921/02 (6% a.a. a 10,5% a.a. em dezembro de 2021).

13. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS

(a) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

Descrição	Dez/2022	Dez/2021
Resultado antes do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social (CSLL)	89.731	103.033
Juros sobre o Capital Próprio	(42.000)	(60.000)
Resultado antes do imposto de Renda e da Contribuição Social	47.731	43.033
Receitas e Despesas tributáveis de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente - 45%	(21.479)	(19.365)
Aumento da alíquota da CSLL corrente - Lei nº 14.183/2021 e Lei nº 14.446/2022	58	(815)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Despesas indedutíveis	-	(4)
Outros	41	35
	<u>(21.380)</u>	<u>(20.149)</u>

A Medida Provisória nº 1.034, de 1º de março de 2021, convertida na Lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021, elevou a alíquota da CSLL das instituições financeiras de 20% para 25%, a partir de julho de 2021 até dezembro de 2021, produzindo aumento das despesas de CSLL, bem como aumento nos passivos fiscais correspondentes.

A Medida Provisória nº 1.115, de 28 de abril de 2022, convertida na Lei nº 14.446, de 2 de setembro de 2022, elevou a alíquota da CSLL das instituições financeiras de 20% para 21%, a partir de agosto de 2022 até dezembro de 2022.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/20, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Os ativos e passivos fiscais diferidos da CSLL foram reconhecidos pela alíquota de 25% para base com previsão de realização até 31 de dezembro de 2021 e 20% para base com previsão de realização a partir de 1º de janeiro de 2022.

(b) Passivo fiscal diferido

Descrição	31/12/2021	Constituição	Reversão	31/12/2022
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	710	2.650	(3.360)	-
Ajuste a valor de mercado de títulos públicos	-	273	(62)	211
	<u>710</u>	<u>2.923</u>	<u>(3.422)</u>	<u>211</u>

(c) Ativo fiscal diferido

• Natureza e origem dos créditos tributários

Descrição	31/12/2021	Constituição	Reversão	31/12/2022
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	65.195	603.495	(620.185)	48.505
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	3.458	18.091	(21.365)	184
Provisão para riscos fiscais, obrigações legais e contingências	6.119	451	(252)	6.318
Total dos créditos registrados	<u>74.772</u>	<u>622.037</u>	<u>(641.802)</u>	<u>55.007</u>

• Expectativa e realização dos créditos tributários

Ano	IRPJ	CSLL	Total
Até 1 ano	25.360	20.288	45.648
Até 2 anos	1.432	1.146	2.578
Até 3 anos	233	187	420
Até 4 anos	24	19	43
Acima de 5 anos	6.204	114	6.318
Total	<u>33.253</u>	<u>21.754</u>	<u>55.007</u>

• Valor presente dos créditos tributários

O valor presente dos créditos tributários é de R\$ 44.176 (R\$ 65.143 em dezembro de 2021), calculado de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e trazido a valor presente pela taxa SELIC. Em junho de 2021, houve impacto de R\$ 99 devido a majoração da alíquota da contribuição social em 5% conforme Lei nº 14.183/21.

Em milhares de reais - R\$

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

(a) Provisões

Descrição	Dez/2022	Dez/2021
Provisão para contingências (nota 15a)	24.819	24.376
Despesas de pessoal	297	299
Auditoria Externa	175	152
Outros	400	303
	<u>25.691</u>	<u>25.130</u>
Circulante	872	754
Não circulante	24.819	24.376

(b) Obrigações fiscais correntes

Descrição	Dez/2022	Dez/2021
COFINS	575	385
Impostos e contribuições sobre salários	122	104
PIS/PASEP	94	62
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	51	25
Imposto Sobre Serviços - ISS	41	44
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	-	17.168
CIDE	1	88
	<u>884</u>	<u>17.876</u>

15. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

(a) Provisões constituídas e respectivas movimentações de dezembro de 2022 e dezembro de 2021

A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na nota 3j.

Descrição	Dez/2022	Dez/2021
Saldo da provisão no início do exercício	24.376	27.624
Adição	443	33
Utilização	-	(2.910)
Reversão	-	(371)
Saldo da provisão no fim do exercício	<u>24.819</u>	<u>24.376</u>

Os valores de provisão de natureza cível, fiscal e respectivos depósitos judiciais são demonstrados como segue:

Descrição	Valores provisionados		Depósitos judiciais	
	Dez/2022	Dez/2021	Dez/2022	Dez/2021
PIS	3.237	3.237	3.237	3.237
COFINS	19.955	19.955	19.955	19.955
FGTS	246	246	246	246
INSS	810	810	810	810
CÍVEIS	571	128	-	-
	<u>24.819</u>	<u>24.376</u>	<u>24.248</u>	<u>24.248</u>

O Banco questiona a base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS, solicitando que seu recolhimento se dê nos moldes da Lei nº 9.715/98 e Lei Complementar nº 70/91 e não nos moldes da Lei nº 9.718/98, desde a data base julho de 2005. Os valores relativos à diferença entre as bases de cálculo estão depositados judicialmente, bem como provisionados. Em 31 de dezembro de 2022 as provisões totalizaram R\$ 23.192 (R\$ 23.192 em dezembro 2021).

O Banco questiona também a incidência da contribuição ao INSS e FGTS sobre determinadas remunerações. Os valores questionados estão depositados judicialmente, bem como provisionados. Em 31 de dezembro de 2022 as provisões totalizaram R\$ 1.056 (R\$ 1.056 em dezembro 2021).

(b) Contingências possíveis

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis que totalizam R\$ 80.833 (R\$ 75.646 em dezembro 2021) são monitorados pelo Banco e estão baseados nos pareceres dos assessores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, as contingências classificadas como perdas possíveis não estão reconhecidas contabilmente, sendo compostas, principalmente, pela seguinte questão:

- PIS/COFINS Lei nº 9.718/98 - autos de infração lavrados para cobrança da contribuição ao PIS e à COFINS, incidente nos moldes da Lei nº 9.718/98, relativamente ao período compreendido entre maio de 2000 e dezembro de 2003, no valor total de R\$ 15.381 (R\$ 14.672 em dezembro 2021).
- Tributos com Exigibilidade Suspensa - Autos de infração lavrados em razão da dedução de tributos com a exigibilidade suspensa da Base de Cálculo da Contribuição Social sobre Lucro Líquido nos anos de 2006 a 2014, no montante de R\$ 10.931 (R\$ 10.321 em dezembro 2021).
- Juros sobre Capital Próprio - Autos de infração lavrado em razão da cobrança de IRPJ e CSLL sobre o Juros de Capital Próprio (JCP) distribuído em 2015 referente a anos anteriores (2012 a 2014), no montante de R\$ 54.521 (R\$ 50.653 em dezembro 2021).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social, subscrito, está representado por 486.949.354 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma (454.197.354 em 2021).

Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 13 de outubro de 2021 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 51 com emissão de 51.007 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, homologado pelo Banco Central em 8 de fevereiro de 2022.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 30 de dezembro de 2021 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 45.671 com emissão de 45.671.000 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, homologado pelo Banco Central em 8 de fevereiro de 2022.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 29 de dezembro de 2022 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 32.752 com emissão de 32.752.000 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, homologado pelo Banco Central em 21 de março de 2023.

(b) Remuneração dos acionistas

Conforme estatuto social, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício ajustado pelas devidas deduções previstas no artigo 189 da Lei nº 6.404/76.

(c) Juros sobre o capital próprio

Conforme Assembleia Geral Extraordinária em 29 de dezembro de 2022, de acordo com o previsto na Lei nº 9.249/95, foram provisionados e declarados juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 42.000 (R\$ 60.000 em dezembro de 2021), reduzindo o encargo de imposto de renda e contribuição social em R\$ 19.320 (R\$ 30.000 em dezembro de 2021).

(d) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

(e) Reserva estatutária

O saldo remanescente de lucros acumulados ao final de cada exercício, após a constituição de todas as reservas obrigatórias e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, deverá ser integralmente destinado a reserva estatutária.

17. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

O Banco manteve operações com as seguintes partes relacionadas, sendo todas Coligadas:

- Depósitos à vista:
 - Cargill Prolease Locação de Bens Ltda;
 - SJC Bioenergia S.A.
- Obrigações por empréstimos:
 - Cargill Financial Services International Inc.
- Obrigações por repasses do exterior:
 - Cargill Financial Services International Inc.
- Operações a termo:
 - Cargill Agrícola S.A.
- Valores a pagar/serviços técnicos especializados:
 - Cargill Agrícola S.A.

Os valores apurados foram:

Descrição	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	Dez/2022	Dez/2021	Dez/2022	Dez/2021
Obrigações por empréstimos	(2.136.259)	(2.034.075)	(105.819)	(250.669)
Obrigações por repasses do exterior	(1.076.769)	(877.966)	(47.753)	(119.770)
Valores a pagar/serviços técnicos	(70)	(59)	(640)	(471)
Depósitos à vista	(2)	(2)	-	-
Operações a termo	-	-	-	(3.276)

Em milhares de reais - R\$

18. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

(a) Operações de crédito

Descrição	2º semestre	Dez/2022	Dez/2021
Rendas de financiamentos a exportação	51.760	79.977	228.031
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	248	1.572	53.650
Rendas de empréstimos	-	-	178
	<u>52.008</u>	<u>81.549</u>	<u>281.859</u>

(b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

Descrição	2º semestre	Dez/2022	Dez/2021
Aplicações interfinanceiras de liquidez	33.145	63.194	22.594
Títulos de renda fixa	8.938	15.725	5.246
	<u>42.083</u>	<u>78.919</u>	<u>27.840</u>

(c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Descrição	2º semestre	Dez/2022	Dez/2021
Contratos futuros	4.791	(14.173)	(29.885)
Outros Derivativos	(3.365)	1.303	(5.049)
Contratos de operações a termo	(19.788)	(178.149)	22.460
	<u>(18.362)</u>	<u>(191.019)</u>	<u>(12.474)</u>

(d) Operações de captação no mercado

Descrição	2º semestre	Dez/2022	Dez/2021
Fundo Garantidor de Crédito - FGC	1	5	16
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	-	228	506
Depósito a prazo - CDB	-	-	24
Operações compromissadas - carteira própria	-	-	1
	<u>1</u>	<u>233</u>	<u>547</u>

(e) Operações de empréstimos e repasses

Descrição	2º semestre	Dez/2022	Dez/2021
Despesas com obrigações de empréstimo no exterior	57.090	105.819	250.669
Despesas com repasses do exterior	33.136	47.753	119.770
	<u>90.226</u>	<u>153.572</u>	<u>370.439</u>

(f) Resultado de operações de câmbio

Descrição	2º semestre	Dez/2022	Dez/2021
Resultado de operações de câmbio	43.734	86.435	51.623
Resultado com prêmios sobre interbancário	31.216	81.289	23.751
Resultado com variação cambial	(30.789)	(36.604)	48.138
Outros	3.548	8.100	6.077
	<u>47.709</u>	<u>139.220</u>	<u>129.589</u>

(g) Despesas de pessoal

Descrição	2º semestre	Dez/2022	Dez/2021
Proventos	2.511	3.361	3.265
Encargos sociais	957	1.306	1.262
Benefícios	162	223	127
Outros	7	19	12
	<u>3.637</u>	<u>4.909</u>	<u>4.666</u>

(h) Outras despesas administrativas

Descrição	2º semestre	Dez/2022	Dez/2021
Processamento de dados	1.562	3.054	2.704
Serviços técnicos especializados	1.519	2.729	1.608
Emolumentos judiciais e cartorários	502	806	546
Serviços do sistema financeiro	198	424	477
Contribuição entidades de classe	154	286	293
Despesa com arrendamento de bens	134	192	117
Aluguel	81	176	183
Viagens	79	79	-
Publicações	33	74	105
Contribuições e doações	-	204	2.063
Outros	37	51	38
	<u>4.299</u>	<u>8.075</u>	<u>8.134</u>

(i) Despesas tributárias

Descrição	2º semestre	Dez/2022	Dez/2021
Contribuição à COFINS	2.251	9.382	4.468
Contribuição ao PIS	368	1.529	759
ISS	64	85	348
CIDE	47	88	803
Outros	19	138	99
	<u>2.749</u>	<u>11.222</u>	<u>6.477</u>

(j) Outras receitas operacionais

Descrição	2º semestre	Dez/2022	Dez/2021
Variação cambial positiva proveniente de operações passivas	27.708	232.107	91.624
Reversão de provisões operacionais	-	44	497
	<u>27.708</u>	<u>232.151</u>	<u>92.121</u>

(k) Outras despesas operacionais

Descrição	2º semestre	Dez/2022	Dez/2021
Variação cambial negativa proveniente de operações ativas	4.716	70.340	8.250
Despesas de comissões	280	610	6.475
Monitoramento de Lavoura	41	191	283
Despesas de processos judiciais - cobrança operações de crédito	1	3	29
Descontos concedidos em operações de créditos	-	-	89
Outros	441	481	120
	<u>5.479</u>	<u>71.625</u>	<u>15.246</u>

(l) Resultado não recorrente

Descrição	2º semestre	Dez/2022	Dez/2021
Lucro líquido do semestre/exercícios	38.327	68.351	82.884
Majoração da alíquota da contribuição social 5% (2021) e 1% (2022)	58	58	815
Lucro líquido recorrente	<u>38.385</u>	<u>68.409</u>	<u>83.699</u>

19. GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS E DE CAPITAL
(a) Governança corporativa

O Banco Cargill adota as melhores práticas de mercado, principalmente em termos de governança corporativa e transparência. O Banco está estruturado visando o crescimento sustentável, tendo como base um conjunto de controles internos, normas e procedimentos que asseguram o cumprimento das determinações legais e regulamentares, bem como suas políticas internas.

O processo de gerenciamento de riscos no Banco Cargill visa identificar, medir e monitorar os riscos inerentes às operações e às atividades do banco, bem como estabelecer políticas, procedimentos e metodologias de gestão e controle alinhados às estratégias e ao Apetite de Risco (RAS - Risk Appetite Statement) definido pelo Banco Cargill.

O Banco Cargill possui estrutura e políticas definidas para o gerenciamento de riscos e de capital, revisadas no mínimo anualmente e aprovadas pela diretoria. Essa estrutura tem como objetivo prover um sistema de controles estruturado, em consonância com o perfil operacional do Banco Cargill, visando auxiliar em decisões estratégicas e assegurar o contínuo funcionamento das atividades.

Em milhares de reais - R\$

A estrutura de riscos conta com o envolvimento da Diretoria do Banco Cargill. A diretoria colegiada representa um papel relevante na revisão, proposição de políticas e práticas de gestão de riscos.

A estrutura de gerenciamento de riscos conta com divisões subordinadas às diretorias para monitoramento e análise de risco, apuração e acompanhamento do capital mínimo regulamentar segundo regras estabelecidas pelo BACEN.

O Banco Cargill possui uma Política de Anticorrupção e Conduta que foi elaborado como um instrumento de conduta e compliance, este código é um complemento ao Manual de Princípios Éticos da Cargill (Guide Principles). A Política enfatiza que estar em Compliance é um dever de todos os funcionários e visa fortalecer o comportamento de todos os funcionários, de acordo com o Manual de Princípios Éticos da Cargill, com as expectativas dos clientes, com as melhores práticas de mercado e com as exigências legais e fiscalizadoras.

A Política apresenta conceitos e regras que se aplicam para todos os funcionários, sendo estes desde trabalhadores em tempo parcial, estagiários, terceirizados até a diretoria do Banco. É indispensável que todos os funcionários ajam de acordo com as obrigações legais e fiscalizadoras, mesmo quando estas não forem mencionadas no Código. Nesse contexto, fica bem claro que a imagem do Banco é projetada por meio de cada um de seus funcionários e de suas atividades diárias, qualquer que seja o tipo de trabalho desenvolvido. Dessa forma, todos têm uma responsabilidade especial perante a opinião pública, junto aos clientes, fornecedores e, também, aos colegas de trabalho. Ainda, faz parte da obrigação de toda a diretoria e da gerência assegurar de que isto esteja acontecendo.

A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco Cargill, contempla pontos de controles internos/compliance que descrevemos abaixo:

I. Diretoria - designação de diretor responsável para o gerenciamento de riscos.

II. Políticas - Gerenciamento Integrado de Riscos Operacional, Gerenciamento de Capital e Planejamento Estratégico e RAS.

III. Monitoramentos que auxiliam as diversas áreas controlar os processos e verificar limites de atuação.

Todos os monitoramentos de controles internos e gestão de riscos ficam à disposição das auditorias internas e externas e aos órgãos reguladores. A diretoria também é responsável pelo acompanhamento de possíveis descumprimentos das normas internas e códigos de ética e quando cabível pela tomada de decisões reparatórias.

(b) Risco de crédito

O perfil de risco de crédito do Banco prioriza os clientes com relacionamento comercial recorrente e de longo prazo junto ao Grupo Cargill. Seu efetivo gerenciamento é feito por um conjunto de áreas, tendo como base a política de crédito e, os procedimentos desenvolvidos para estabelecer e monitorar limites operacionais e de riscos, através da identificação, mensuração, mitigação e monitoramento da exposição de risco de crédito. A gestão dos riscos de crédito no Banco envolve o conhecimento prévio e profundo do cliente, a coleta de documentação e de informações necessárias para a análise completa do risco envolvido na operação, a classificação do grau de risco, a concessão do crédito, as avaliações periódicas dos níveis de risco, a determinação das garantias e dos níveis de provisões necessárias. Também são levados em consideração os aspectos macroeconômicos e as condições de mercado, a concentração setorial e geográfica, o perfil dos clientes, seus históricos de desempenho junto ao Grupo Cargill e as perspectivas econômicas.

(c) Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Na definição de risco de mercado incluem-se os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e preços de mercadorias. Apenas os riscos de variação cambial e taxas de juros são riscos inerentes às operações do Banco.

A política e os procedimentos adotados pelo Banco proveem um sistema de controles estruturado, em consonância com seu perfil operacional, periodicamente reavaliado, conforme determina a Resolução CMN nº 4.557/17 e Resolução CMN nº 4.943/21, visando a otimizar a relação risco-retorno com o uso de ferramentas adequadas e com o envolvimento da diretoria. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado é independente e, subordinada à Diretoria e está composta pela gerência de risco de mercado e pelo comitê de gerenciamento de riscos.

(d) Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas, ou de eventos externos. O Banco, como parte da filosofia do Grupo Cargill, tem rigorosos padrões de controles internos a fim de minimizar, cada vez mais, os riscos inerentes às suas atividades. Na busca contínua pela eficácia de seus controles internos, o Banco possui uma estrutura específica e independente com normas, metodologias e ferramentas que permitem a gestão e o controle dos riscos operacionais, dos inerentes à sua atividade e de continuidade dos negócios.

Os procedimentos de gerenciamento do risco operacional incluem o mapeamento das atividades, a identificação dos riscos, a definição dos controles chave e da adequação dos riscos residuais, testes periódicos para aferição da adequação dos controles chave, a definição de plano de ação corretivo para deficiências identificadas e o monitoramento da implementação de ações corretivas, somado aos trabalhos desempenhados pelo plano de auditoria interna independente. O Banco optou pela "Abordagem do Indicador Básico" para cálculo da parcela do patrimônio de referência exigido referente ao risco operacional estabelecido pelas Resoluções CMN nº 4.955/21, Resolução CMN nº 4.958/21, Circular BACEN nº 3.675/13 e Circular BACEN nº 3.754/15.

(e) Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O gerenciamento do risco de liquidez contempla o processamento diário da liquidez, além de projeções e análises de cenários de stress.

A política e os procedimentos adotados pelo Banco proveem um sistema de controles estruturado, capaz de identificar, avaliar, monitorar e controlar diariamente os riscos associados ao risco de liquidez, a fim de mantê-los sempre atualizados e compatíveis com a natureza e complexidade dos produtos e serviços prestados pelo Banco.

(f) Risco Social, Ambiental e Climático

O Risco Social, Ambiental e Climático são potenciais danos gerados a sociedade e ao meio ambiente e podem ter origem em setores variados. O Banco Cargill avalia o risco social, ambiental e climático de seus clientes, de novos produtos e serviços, de suas atividades e negócios sempre pautado pelos princípios da proporcionalidade e da relevância. Por meio dos mecanismos de Know Your Customer (KYC) e Due Dilligence, busca-se conhecer o potencial cliente, evitando o relacionamento com indivíduos e entidades que contrariam os princípios éticos do Grupo Cargill e Banco Cargill. Ainda, para garantir o pleno funcionamento dos mecanismos de controle acima, o Banco Cargill monitora periodicamente os seus clientes.

(g) Gestão de capital

O gerenciamento ou gestão de capital engloba um conjunto de atividades (processo) permanentes e dirigidas ao monitoramento e controle dos níveis de capital exigidos, para suportar as metas e estratégias planejadas para o desenvolvimento do Banco, considerando, inclusive, a cobertura de riscos aos quais a Instituição estará exposta.

O objetivo principal do gerenciamento de capital é garantir que se cumpram os requerimentos de capital impostos externamente e proporções de capital compatíveis e saudáveis com fins de suportar seus negócios do Banco.

A Diretoria do Banco Cargill garante o processo de gerenciamento de capital na Instituição, considerando também o monitoramento conjunto dos riscos de mercado, de liquidez, de crédito, operacionais, legais e de imagem da Instituição de forma a subsidiar o processo decisório do Banco.

(h) Índice de Basileia

Descrição	Dez/2022	Dez/2021
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	448.156	707.037
Patrimônio de Referência (PR)	763.539	703.981
Patrimônio de Referência mínimo para RBAN e RWA	39.245	62.004
Valor total da parcela RBAN	3.393	5.441
Valor da Margem sobre PR (considerando RBAN)	713.090	627.837
Índice de Basileia (PR ÷ RWA)	170,37%	99,57%
Índice de Basileia Amplo (PR÷((RBAN÷F)+RWA))	155,64%	90,83%
Fator "F" (Resolução CMN nº 4.958/21)	8,00%	8,00%

(i) Divulgação das informações referentes à gestão integrada de riscos

As informações quantitativas e qualitativas, relacionadas à gestão integrada de riscos referente ao Pilar III de Basileia III, estão disponíveis no endereço eletrônico do Banco Cargill, www.bancocargill.com.br (não auditado) dentro do menu "Relatório Gestão de Risco".

(j) Análise de sensibilidade

Seguem os possíveis impactos no resultado gerados pelas operações com instrumentos financeiros, que expõe o Banco a riscos oriundos de variação cambial e de taxa de juros, com base nos cenários e exposições abaixo:

(l) Variação cambial

	Cenários - Dez/2022				
	Exposição	25%	50%	(25%)	(50%)
Futuro dólar	21.296	5.324	10.648	(5.324)	(10.648)
Exposição patrimonial	(17.170)	(4.292)	(8.585)	4.292	8.585
	<u>4.126</u>	<u>1.032</u>	<u>2.063</u>	<u>(1.032)</u>	<u>(2.063)</u>

	Cenários - Dez/2021				
	Exposição	25%	50%	(25%)	(50%)
NDF Cambial	833.247	208.312	416.623	(208.312)	(416.623)
Futuro dólar	58.977	14.744	29.489	(14.744)	(29.489)
Exposição patrimonial	(890.956)	(222.739)	(445.478)	222.739	445.478
	<u>1.268</u>	<u>317</u>	<u>634</u>	<u>(317)</u>	<u>(634)</u>

São considerados quatro cenários que refletem os movimentos das taxas de câmbio de moedas estrangeiras sobre as exposições contidas nas carteiras do Banco. Para cada cenário, consideram-se sempre os impactos negativos em cada fator de risco e desconsideram-se os efeitos de correlação entre esses fatores e os impactos fiscais.

- **Cenário (I):** Para análise de sensibilidade das operações com risco cambial aplicamos choques de 25% na cotação do dólar de 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021;
- **Cenário (II):** Para análise de sensibilidade das operações com risco cambial aplicamos choques de 50% na cotação do dólar de 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021;
- **Cenário (III):** Para análise de sensibilidade das operações com risco cambial aplicamos choques de (25%) na cotação do dólar de 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021;
- **Cenário (IV):** Para análise de sensibilidade das operações com risco cambial aplicamos choques de (50%) na cotação do dólar de 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais - R\$

(II) Taxa de juros

	Cenários		Cenários	
	Dez/2022		Dez/2021	
	Exposição	DV/100	Exposição	DV/100
Exposição patrimonial	749.578	(180)	809.821	(90)
DI Futuro	(192.926)	(169)	(209.823)	(79)
NDF	-	-	(847.479)	(276)
	<u>556.652</u>	<u>(349)</u>	<u>(247.481)</u>	<u>(445)</u>

Utiliza como método a aplicação de choques paralelos nas curvas de juros dos fatores de risco mais relevantes da carteira do Banco, como por exemplo a curva PréXDI. Tal método tem como objetivo simular os efeitos na marcação à mercado das carteiras do Banco diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas pelo mercado. Para análise de sensibilidade das operações com risco de taxa de juros aplicamos choques de 100 bps (pontos base) para mais e para menos nas exposições existentes em 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021 e reportamos o cenário que apresenta perda de valor econômico.

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Recursos em trânsito de terceiros

O valor registrado de R\$ 2.423 (R\$ 105.895 em dezembro de 2021) refere-se na sua totalidade às ordens de pagamento em moedas estrangeiras.

(b) Benefícios a empregados

(i) Fundo de Pensão

O Banco, em conjunto com outras empresas do Grupo Cargill, é patrocinadora de plano de aposentadoria complementar administrado pela CargillPrev Sociedade de Previdência Complementar, uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos. São mantidos dois planos, sendo: um plano parte contribuição definida e parte benefício definido e um plano integralmente de contribuição definida. Estes planos têm por finalidade principal a concessão de benefícios de pecúlio e/ou renda suplementares ou assemelhados da Previdência Social para funcionários, diretores e seus beneficiários das empresas patrocinadoras. Os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

(ii) Planos de Saúde

O Grupo oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia e suas controladas são copatrocinadoras do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal ou com coparticipação, podendo ser estendido a seus cônjuges e dependentes mediante contribuições adicionais.

(c) Acordo de compensação

O Banco possui acordo para a compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, firmado junto a outras instituições financeiras visando a obter maior garantia de liquidação das operações efetuadas em contrapartida a essas instituições.

21. OUTROS ASSUNTOS

(a) Impactos da pandemia do coronavírus

Diante da pandemia do coronavírus em todo o mundo o Banco Cargill reafirma a preocupação com seus colaboradores, clientes, prestadores de serviços e toda a comunidade em que está inserido. Alinhado as recomendações dos Órgãos Governamentais, o Banco Cargill ativou seu Plano de Gestão de Crises para analisar as informações acerca desta pandemia e colocou em prática o Plano de Continuidade de Negócios, estando todos os funcionários e colaboradores no regime de trabalho "home-office" desde 17 de março de 2020. O Plano de Continuidade de Negócios tem garantido o pleno funcionamento das operações e o atendimento as necessidades dos clientes de forma normal. Adicionalmente, a administração do Banco Cargill considera que no curto prazo os possíveis impactos econômicos e comerciais serão controlados. A liderança do Plano de Gestão de Crises tem monitorado e avaliado esta situação de forma diária.

(b) Plano de implementação da Resolução CMN nº 4.966/21

A Resolução CMN nº 4.966/21, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*). O Plano de Implementação da Resolução CMN nº 4.966/21 foi aprovado pela Administração em 7 de junho de 2022 e está estruturado com o objetivo de avaliar impactos normativos e de processo, definir aspectos de governança e identificar aspectos sistêmicos. O Banco vem avaliando a aplicação da referida norma e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma, em 1º de janeiro de 2025.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022.

DIRETOR PRESIDENTE
Paulo Humberto Alves de Sousa

DIRETORES
Alvaro Luiz de Rezende Puech
Marina Haidar Chede Carton
Marlon Glauco Lazaro

CONTADOR
Marcelo Pongeluppi
CRC 1SP212314/O-4

**Aos acionistas e aos administradores do
Banco Cargill S.A.**

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Cargill S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Cargill S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2023.





Banco Cargill

Av. Dr. Chucri Zaidan, 1240 6º andar
04711-130 - São Paulo - SP - Brasil
Morumbi Corporate – Torre Diamond
Telefone: 55 11 5099-3311
Ouvidoria: 0800 648 5050
ouvidoria_banco@cargill.com
www.bancocargill.com.br